



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES**

SANDRA DAM ADELINO BAPTISTA BIIFA

**O PROCESSO DA ASSIMILAÇÃO NA ETNIA BALANTA NA GUINÉ-BISSAU:
SIGNIFICADOS DOS NOMES E SOBRENOMES**

ACARAPE

2022

SANDRA DAM ADELINO BAPTISTA BIIFA

O PROCESSO DA ASSIMILAÇÃO NA ETNIA BALANTA NA GUINÉ-BISSAU:
SIGNIFICADOS DOS NOMES E SOBRENOMES

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Orientador: Prof. Dr. Luís Tomás Domingos

ACARAPE

2022

SANDRA DAM ADELINO BAPTISTA BIIFA

**O PROCESSO DA ASSIMILAÇÃO NA ETNIA BALANTA NA GUINÉ-BISSAU:
SIGNIFICADOS DOS NOMES E SOBRENOMES**

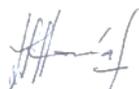
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Aprovado em: 18/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Luís Tomás Domingos (Orientador/IH Unilab)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB



Prof. Prof.º Dr. Carlos Subuhana (Examinador/IH Unilab)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB



Prof. (Examinadora/IH Unilab)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB



AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por estar comigo sempre, assim como, aos meus ancestrais que me protejam, principalmente a minha tia que agora faz parte desses protetores de casa (Bissiguê Na Djimbá), a quem em especial dedico este trabalho foi uma das pessoas que me ajudou a saber um pouco da minha realidade étnica na prática de língua. Por outro lado, também para todos da minha família ou *morança* Na Djimbá, ao meu pai que acuso-lhe ser um dos melhores, pois nunca deixou faltar-me nada até na motivação da pessoa que hoje sou, mesmo tendo ele longe por situações sociais do nosso país, em que os afetos do pai e filhos/as são distanciados por busca de sobrevivência, mesmo assim, sentia ele sempre por perto. Para minha mãe que acredita sempre em me, que um dia serei uma pessoa formada, como sempre falava com as minhas tias “nós mulheres da nossa família não tivemos a formação escolar, mas com vocês faremos tudo que estejam formadas” e essa mensagem me cativava mais, a desejar percorrer a este caminho. E esse desejo hoje, está se concretizando na primeira fase graduanda, espero poder alcançar mais. Aos meus irmãos que estão aqui, Sabino, Vanessa e Edimilson. Agradeço ao meu pai (tio) Mario Moreira que está também com os ancestrais e a sua esposa por participaram na minha educação. Ao meu professor orientador que me inspirou e contribuiu muito nesse pensamento crítico, de modo geral, agradeço a todos e todas que constituíram de famílias aqui na Unilab, a cada dia que passa aprendo com todos e todas.

A todos que faziam parte da turma da disciplina dos Estudos Africanos no meu terceiro semestre, juntos tivemos momentos bons de reflexão que resultaram neste trabalho, além disso, me ajudou em automear hoje de Nhikibam, um nome étnico que agora carrego na minha identidade enquanto Balanta. Para Ana Cassia Alves que reviu este trabalho e ao Jeraldino Sambé, ao Sabino meu irmão que quando estava com a dúvida recorria sempre a ele. Enfim, agradeço todos e todas da minha vida, sou porque somos, sou sankofa.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | APRESENTAÇÃO | 5 |
| 2 | JUSTIFICATIVA | 7 |
| 3 | 10 | |
| 4 | HIPÓTESES | 11 |
| 5 | OBJETIVO | 12 |
| 5.1 | OBJETIVO GERAL | 12 |
| 5.2 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 12 |
| 6 | REFERENCIAL TEÓRICO | 12 |
| 6.1 | A COLONIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU E POLÍTICA DE ASSIMILAÇÃO | 12 |
| 6.2 | ETNIA BALANTA SIGNIFICADOS E VALORES IDENTITÁRIOS | 20 |
| 6.3 | SIGNIFICADOS DOS NOMES E SOBRENOMES EM BALANTA | 22 |
| 6.4 | ACULTURAÇÃO DENTRO DA ETNIA BLANTA OU BRASSÁ DA GUINÉ-BISSAU | |
| | 26 | |
| 7 | METODOLOGIA | 30 |
| 8 | REFERÊNCIAS | 31 |
| 9 | CRONOGRAMA | 34 |

1 APRESENTAÇÃO

O presente projeto de pesquisa acentua, **o processo da assimilação na etnia *Balanta* na Guiné-Bissau a partir dos significados dos nomes e sobrenomes**, como um dos traços identitários, tendes estes atribuições e significado.

A etnia *Balanta* constitui na Guiné-Bissau cerca de 22% da população, sendo este uma das maiorias dos grupos étnicos do país “os *Balantas* ou *Brassas*, estão localizados geralmente a Norte e Sul da Guiné-Bissau concretamente nas regiões de (Oio, Quinara e Tombali” (SUMA, 2018, p.5). O nome *Brassa* tem sua origem na língua *Balanta* (étnico) e diferente de outros povos. O grupo étnico possui características culturais de valores e saberes constituintes da identidade nacional do país.

No contexto tradicional, os *Balantas* na cultura *Brassa*, têm como costume ao nascer uma criança, de atribuir um nome com um certo significado que provém de um passado familiar. O nome por si explica os motivos, mas por vezes é preciso uma análise profunda do significado, também suas interpretações não são diretas ou lógicas dando uma compreensão superficial, é necessário entender a relevância desta prática seus valores significativos para entender o que significa, tornando assim tradição ou cultural atribuição ou essa prática (CAMMILERE, 2010).

Outro fator importante do contexto social da característica cultural dos *Brassas* (*Balanta*) é a sua estrutura familiar. Neste grupo étnico, é possível identificar a *morança*¹ ou *tabanca*² da pessoa, através dos sobrenomes, é importante ressaltar que esses sobrenomes sempre são nomes dos ancestrais ou dos avôs paternos, isto é, a formação familiar dos *Brassas* (*Balanta*) é patriarcal. O significado patriarcal nesta etnia se dá por sua formação, considerando a forma como é desenvolvido o processo sociocultural dentro deste grupo étnico ou da organização político social, o oposto das famílias matrilineares ou ‘família matrifocal’, que é chefiada por mulheres [...] a patrilinear e uma família chefiada por indivíduos do sexo masculino constituem homens, isto é, as linhagens são seguidas por parte paternal (ADESINA, 2012).

¹ Morança é o conjunto das habitações de um agregado familiar, na tradição disposta em forma de círculo, deixando espaço no centro onde as grandes cerimônias são realizadas, ao redor de um templo Zinho.

² É o conjunto de Moranças de diferentes Grandes Famílias, instaladas numa determinada povoação, que tem, sempre, um nome próprio.

Fonte: *Map Sofword*

A Guiné-Bissau fica situada na Costa de África, limita-se ao Norte pela República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné Conakri e a Oeste pelo Oceano Atlântico. A sua superfície é de 36.125 km², “possui uma população de 1.530, 673 habitantes [...] com duas estações do ano, chuva e seca” (SIA, 2017, p.14).

Administrativamente, o país é constituído por baixa zona plana, estendendo-se até à planície do Senegal, com vastos rios, dentre os quais se destacam Buba, Cacheu, Mansoa, Geba e Corubal, pela parte insular a Guiné-Bissau. No que tange a divisão territorial, o país está dividido em oitos (8) regiões: Bafatá, Bolama/Bijagós, Biombo, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara, Tombali e o sector autónomo Bissau, capital do país. No arquipélago dos Bijagós é formado por 88 ilhas e ilhéus. Cada região é composta por sectores e estes por secção, regiões são presididas ou dirigidas por governadores, os sectores por administradores, e todos são escolhidos pelo governo (SIA, 2017).

No contexto étnico, o território da Guiné-Bissau é formado pelas diversidades de grupos étnicos linguísticos. Para a autora Daiana Fernandes N´Bundé (2021), tal reportório linguístico são estruturas de identidade própria. Existem mais de 26 grupos étnicos no país, entre eles: *Fula, Balanta, Mandinga, Pepél, Flup, Biafada, Budjugu, Mandjaku, Mancanh, Mansonka- Bramés, Biafadas, Saraculês*, entre outros.

A diversidade étnica no território guineense se apresenta como pluriétnico e multiculturalidade, sendo importante destacar que alguns dos povos na Guiné-Bissau que constituem os grupos étnicos acima mencionados, encontra-se absorvidos por outros, como é o caso dos *Nalus, Padjadingas e Djakankas*, absorvidos porque muitos deles já não existem mais, e se encontra dentro dos outros que se constitui maioria ou mesmo sendo minoria. As motivações para esse acontecimento são muitas vezes motivadas por casamentos inter-étnicos, a imigração ou entre outros fatores. (SIA, 2017), ressalvo por outro lado que ainda à presença dos *Nalus* no sul do país, diferentes dos *Pajancas e Djakancas* que não se vê e aparece inexistentes.

2 JUSTIFICATIVA

Escolho abordar essa temática por ter nascido na Guiné-Bissau, na capital do país, e pertencer à etnia *Balanta*. Desta forma, busco através deste projeto me reconhecer ainda mais etnicamente, a partir da experiência de ser estudante da Universidade da Integração

Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no qual fui inspirada muitas vezes pelas componentes curriculares, em destaque a disciplina de Estudos Africanos ministrado por Prof. Dr. Luís Tomás.

No terceiro semestre nas discussões da referida disciplina, busquei me reconhecer enquanto *Brassa*, a partir da etnicidade aos traços identitários, relacionando-a com a prática de atribuição do nome e sobrenome, assim como, na reafirmação da identidade étnica, como forma de valores que constitui a identidade sociocultural dos *Balantas* e quais os significados das práticas com relação ao processo de assimilação na época da colonização.

Estas questões partem da minha experiência enquanto estudante em Guiné-Bissau, quando fazia o ensino médio. Por possuir um sobrenome étnico, vivenciei por diversas vezes situações de *bullying*. A violência era gerada pelos outros por acreditarem que um nome étnico representava uma pessoa “não civilizada”, o que me levava a acreditar que por ter o sobrenome Biifa, eu não era “civilizada” ou “panha pé”³. Mas ao mesmo tempo que existia um sobrenome reconhecido como “não civilizado”, me assumia “civilizada”, pois meus pais me colocavam o nome de Sandra e este provia de um nome ocidental e conseqüentemente (civilizado).

Outro aspecto que me fazia sentir civilizada era o fato de falar crioulo e um pouco de português, não falava a língua étnica, embora compreendesse, mas não praticava. Me achava uma *Balanta Esquada* (emancipada e civilizada), portanto, menos tradicional. Ter a oportunidade de falar português, além de ter meu primeiro nome ocidental, entre outras coisas, me distanciava da tradição *Balanta*, tornando mais ou menos “aculturada” ou “civilizada”.

Hoje, a partir do conhecimento, noto a quão perdida eu estava, por desejar e ser “aculturada” ou “civilizada”, pois aqueles rótulos perpassados, fugia da minha realidade, criando um imaginário social sobre a minha vida, que reproduzia o ocidentalismo, alimentando as alienações do processo assimilatório. Sendo assim, escolho expor as questões subjetivas, a partir de uma perspectiva geracional, pensando nas futuras gerações, pois por influência do multiculturalismo imposto pelo colonialismo e da globalização, pude presenciar que, o nome étnico pode gerar situações que levam ao *bullying*.

Sobre os aspectos da colonização, para Meneses,

[...] a implantação da moderna colonização insistiu e apoiou-se numa hierarquização cultural, a partir da qual emerge, com grande nitidez, a ruptura entre o ‘europeu’ e o ‘indígena’, dando azo à emergência de vários estereótipos que doravante configurariam a representação dos colonizados. (MENESES, 2010, p. 31).

³ Em crioulo da Guiné-Bissau *ponha pé* significa pessoa civilizada.

Neste sentido, torna-se necessário descrever as alternativas sobre esses estereótipos derivadas da colonização, estando nessa “hierarquização cultural”, através de uma análise compreensiva na sociedade *Brassa* com a aculturação motivada por missão da assimilação. Outro aspecto relevante é reiterar a política pós-colonial na Guiné-Bissau, cujo o problema parti na necessidade em saber da importância dessa prática ou costume cultural dentro da etnia, analisando o processo colonial nesta sociedade, que contrai na atualidade os rótulos e fatores de frases e discursos pejorativos que criam uma compreensão estereotipada no que representa nossa identidade e nossa cultura.

A exemplo deste processo de desvirtuação do sentido, concernente ao tipo cultural que permeia estas sociedades, incorporada com valores da atual modernidade são empregadas no contexto cultural em muitas etnias guineenses.

Assim como aponte anteriormente sobre a minha trajetória, também ouvi muitas histórias semelhantes à minha, de pessoas que já não desejavam serem chamadas por aqueles nomes étnicos, (Exemplos: Nhikibam, Blobica, Watna, Brinssan, Kudutar, Tcherná, Kissif, Winsan, Sindatche, Duturna, N´Simblé, N´Bali e etc.), mudando para nomes mais civilizados (Exemplos: Sandra, António, Claudia, José, Erica, Sonia, Francisca, Juelsa, Mario, João, Fernando, Eurinice, Geraldinho, Flavia/o, Jéssica, Moisés e etc).

Essas narrativas sobre as identidades nominais na sociedade guineense, reforçam de forma consciente e inconsciente a negação que às vezes nossos nomes dentro do padrão da língua étnica sofrem. Para Eriksen (1993), a cultura de um povo e seus significados, podem ser compreendidos a partir das teorias da etnicidade, pois “é uma construção social baseada numa diferenciação cultural que se produz das classificações sociais elaboradas a partir de relacionamentos transacionados socialmente, designando a especificidade da ancestralidade, da cultura e da língua” (ERIKSEN, 1993 apud SUMA 2018, p. 10).

É necessária uma sensibilização da sociedade guineense de modo geral, para alargar essa discussão dos nomes e significados das composições étnicas que se encontram nessa situação de desvalorização. Embora trago o caso particular da etnia *Balanta*, mas a questão se atrela a outros grupos étnicos, não somente da Guiné-Bissau, como também em outras realidades muitos deles no continente africana, de modo particular os países da língua portuguesa (lusófona).

Pretendo com o desenvolvimento desta pesquisa contribuir academicamente nos estudos pós-coloniais, sendo este uma ferramenta na construção do conhecimento, possibilitando novos debates em torno do assunto, no que tange aos estudos africanos e estudos

Bissau-guineense. As produções desta natureza vêm para valorizar as nossas culturas, com intuito de levar ao conhecimento científico as epistemologias e identidades da Guiné-Bissau.

A proposta deste também é significativa ao refletirmos sobre o contexto político-social, pois esta questão que poderá contribuir não só para desconstruir, sensibilizar e construir um novo pensamento sobre os nomes e os significados dos nomes para as pessoas da etnia *Balanta*, mas para todos e todas as pessoas que possuem um nome tradicional, e que experienciam situação de preconceito, seja na escola, ou nos espaços cotidianos.

3 PROBLEMATICA

O processo da assimilação como motivos constituintes da desvalorização dos nomes e sobrenomes atribuídos na etnia *Balanta*, a causa desta asserção parti do que temos atualmente como sociedade colonizada concordando, “ainda há presenças de sequelas caracterizado pelos traumas e estigmas das sociedades que estiveram envolvidos com a escravidão e o colonialismo” (DOMINGOS, 2017, p. 192).

A colonização não se limitou apenas a violência física, mas foi em diferentes horizontes, seja ela mental, cultural e identitária, constituindo uma cirurgia nas sociedades africanas (BALANDEIR, 1993). Assento hoje, essa cirurgia social reflete na forma obscura do colonialismo, mesmos os países apresentando o status de descolonização, sem a presença dos colonos segue ativa a partir de uma política colonial de assimilação severas que constitui o epistemicídio em África (DOMINGOS, 2017).

Todavia, esses fatores continuam a serem reproduzidos pelas sociedades colonizadas, portanto, é necessário deixar “a análise do processo da descolonização a partir de uma única perspectiva que é de colonizador nega o papel do colonizado” (FURTADO, 1998, p. 203), pois não se pode continuar a pendurar os discursos que negam a responsabilização o colonizado no que se refere ao seu encontro com a sua realidade. Deste modo, Furtado tenta advertir uma lógica de fuga dos colonizados naquilo que também é seu papel social, na construção de uma realidade pós-colonial, independente e conscientes do seu passado, para uma realidade reconstitutiva de cunho crítico ao progresso cultural das sociedades pós-colonizadas.

O outro fator interessante é, que a colonização é algo aculturado e seu processo de desagregar levaria tempo, no entanto, este tempo foi tanto que questionamos nossas ações como ex-colônias. Mas, no que refere às políticas reconstitutivas, a salvaguarda das realidades culturais africanas, são controversas, pois as objetivações perpassam as nossas lutas pelas independências, dos quais vemos, a inserção no contexto global, isto é, o modelo governamental

ocidental, que deixou de considerar a reconstrução social gerando traumas e estigmas, deixando ao lado os aspetos sociais, que refletem as relações-socioculturais entre os indivíduos destas sociedades (DOMINGOS, 2017).

Como vivemos atualmente numa época pós-colonial poderia, no entanto, nosso comportamento apresentar a crítica da política colonial, negando os processos da assimilação e da subalternização. Apesar de ser ao contrário na Guiné-Bissau e na etnia *Balanta*, pois os valores que são manifestadas nestas sociedades, que são características culturais guineense, são estereotipadas e negadas, criando assim um processo de auto assimilação, em que para ser “CIVILIZADO” atribuíam-se aos seus filhos ou a si mesmo um nome que representava o *status* da civilização. Neste sentido, quais são os motivos da implementação do processo da assimilação e como se dá por meio de que fim?

De forma obscura, reproduzimos as ações coloniais, nos olhares para com as práticas culturais africanas, guineenses e em particular na etnia *Balanta*. As preocupações são doravante naquilo que pode ser pensado ou refletido para reiterar contra o atual cenário cultural vivenciada na Guiné-Bissau, sem menosprezar as realidades africanas, as culturas, os rituais e as suas religiosidades, com os olhares não pejorativas ou das alteridades, assim como não julgadora no que diz respeito ao que é certo ou errado.

A necessidade de abordar essas indagações, analisará o colonialismo obscuro (assimilação ou a forma como as pessoas veem realidades culturais africanas) que existem nos países africanos. Na Guiné-Bissau, mesmo após a independência, a colonização está na raiz de como olhamos nossa cultura, nossa gente, nossa negritude e conseqüente nossos saberes. Com isto, como se dão atribuições dos nomes e sobrenomes e significados na etnia *Balanta*?

4 HIPÓTESES

Primeira Hipótese: A perda das práticas culturais na etnia *Balanta* da Guiné-Bissau no que concede atribuição dos nomes e sobrenomes e seus significados na língua étnica, resulta da conseqüência de política colonial, na negação da identidade e da realidade sociocultural dos povos colonizados. Através da política colonial houveram violações identitárias, constituídas de uma modernidade paradoxal sobre as realidades nominais africanas, em particular guineenses.

Segunda Hipótese: O processo da assimilação foi implementado como estratégia colonial, no intuito de alargar as suas explorações, como também expandir a política colonial,

isto é, a missão “civilizadora” em prol da internacionalização da cultura ocidental (europeia) para as sociedades locais (guineense).

5 OBJETIVO

5.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo da assimilação e as consequências nas atribuições e significados dos nomes e sobrenomes da etnia *Balanta*.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender o processo da assimilação dentro do grupo étnico *Brassa/Balanta* e os seus motivos;
- Analisar o fator da aculturação nas vivências do povo *Brassa/Balanta* como elementos que contribuem fortemente no processo de assimilação e sua consequência;
- Compreender os significados dos nomes e sobrenomes atribuídos dos *Brassas/Balantas*.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

6.1 A COLONIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU E POLÍTICA DE ASSIMILAÇÃO

A colonização na Guiné-Bissau e em África em geral, deu-se com o projeto dos europeus, principalmente os portugueses. Moema Parente Augel (2007) afirma que os Portugueses foram os primeiros a terem contato com a região que atualmente é Guiné-Bissau, no ano de 1446, com a chegada do navegador Nuno Tristão na costa do país. Apesar da convivência no continente naquela época não era tão amigável para os colonizadores, por existir diversos conflitos internos entre os povos, além deste, existia uma hostilidade com a presença dos Portugueses, pois o que todos faziam era proteger seus territórios e seus agentes.

Segundo a autora, entre as estratégias dos portugueses para aproximar-se dos povos da região foi a construção das relações, após suas chegadas nos anos de 1450 por diante, na época um dos bens mais valiosos era os escravizados, ouros e demais, com o intuito de concretizar esses um dos objetivos foi consolidada esta relação de acordo com as estruturas da sociedade, isto é, como estavam formadas estas. Sendo assim, Augel descreve que respeitando as estruturas das sociedades tradicionais que,

Por ocasião desses primeiros contatos, os vários povos habitavam a região constituíam sociedades agrárias em diferentes estágios de desenvolvimento. Comumente, á guisa de simplificação esses povos são divididos entre os que possuem uma estrutura social “vertical”, com algumas formas organizadas de poder pronto-estatal e hierárquico, com uma autoridade coerciva central, e aqueles pertencentes a uma sociedade “horizontal” não estratificada, igualitária, havendo grupo intermediários devido as diferentes influencias sofridas ao longo da sua história (AUGEL,2007, p. 52).

É nesta senda, que as ações dessa amizade baseadas em negócios ou de manipulação que os colonos tiveram fortes contatos com as sociedades, principalmente as hierárquicas cujo o régulo (ou rei), assim como das que constituem nas suas sociedades rainhas e eram contempladas como chefe ou chefe da “tribo”, etnia ou aldeia onde se encontrava. Além disso, segundo Augel (2007), essas relações tiveram como propósito facilitar os comércios escravistas. A estratégia estendeu-se para outras regiões africanas, os atuais países, Angola, Moçambique, os arquipélagos de São Tomé e Príncipe e Cabo-Verde.

Esses contatos e trocas entre súditos da coroa portuguesas e as autoridades africanas eram, ainda nos primeiros tempos, marcados por uma certa base mútuo acatamento, sinais de uma ralação mais ou menos simétrica. Os portugueses naqueles tempos, adotaram estratégias de demonstração de respeito para com seus parceiros comercias, fazendo crer, assim, aos contraentes africanos, não serem eles tratados como inferiores (AUGEL, 2007, p. 53).

Foi um processo de alinhamento estratégico marcado por manipulação, uma relação com o benefício maior para uma parte e outra com menor significação, uma ideia de relação que venha a ter por diante um resultado súbito ao contrário do imaginado, creio sim, das autoridades africanas na época, “[...] em 1607, o régulo de Guinalia cedeu aos portugueses a ilha de Bolama, para que nela se estabelecem e defendessem os seus territórios contra os ataques dos Bijagós, povos insular estabelecidas nas das várias ilhas do arquipélago de Bubaque” (AUGEL 2007, p. 54). Tendo isso não delimitava pela informação, só este local era cedido ou doado por colonos. O que deveria ser um benéfico para ambos, tornou-se mais benéfico para um grupo do que para outro, no caso, os portugueses,

Dos fins do século XVI em diante, o crescente florescimento do comercio escravagista contribuiu decisivamente para a desintegração dos reinos do Oeste africana, com isso facilitando a ação colonialista dos portugueses [...] Com a introdução de novos produtos tornando o comercio mais lucrativo, e conseguiram, isso incrementar desavenças e rivalidades étnicas [...] a partir do século XIX e o início do XX necessitou de uma acentuada presença dos militar como ao colonialismo sistêmico para poder impor-se para foça e por violência repressão. (AUGEL, 2007, p. 54).

Com a crescente exploração, uma nova era de dominação foi instalada em diferentes variáveis, em que a violência, o desrespeito à vida humano, foi alargada em quase todos os

territórios africanos, tudo em prol da exploração, pois, “a África detinha esses recursos e uma população para ser explorada” (CÁ, 2000, p.3). Período, este no qual o autor Cammilleri entendia que, “[...] foi áspero e cruel sofrido pelas populações africanas sujeitas cada vez mais às guerras, violência e terrores até à rendição incondicional” (2010, p. 22).

A guerra não era apenas contra os africanos com o objetivo de dominá-los, os colonizadores também disputavam por territórios entre si, o que levou à partilha do continente Africano na Conferência de Berlim em 1885. As discussões acerca da divisão tiveram início em 15 de novembro de 1884 e só foram concluídas em 26 de fevereiro de 1885, a “conferência foi aberta no sábado, 15 de novembro, às 14 horas, pelo Príncipe Bismarck sentado à cabeceira de uma mesa de ferro. O grande mapa da África de Kiepert, estava pendurado diante dele” (BRUNSCHWING, 2001, p. 41). A famosa partilha da África suscitou interesses particulares e conflitantes de disputa das potências em territórios com muitos recursos. França, Reino Unido (Inglaterra), Itália, Bélgica, Alemanha, Portugal, Espanha desejavam explorar cada vez mais os recursos de África (CÁ, 2000).

Com a desumanização do povo africano, a partilha desconsiderou as existências de vidas, famílias e uma sociedade no qual tiveram raízes culturais, terras dos antepassados, vivências e histórias de um espaço que não significava só terra ou um aspecto físico, mas de uma memória tirada deles, igual aos indivíduos transportados por além do atlântico como mercadorias sem valores para uma outra realidade, famílias separadas na divisão do continente. De igual modo que “os africanos e seus descendentes foram vendidos, raptados e/ou roubados e trazidos à força em condições desumanas, tinham que dar o sentido e o significado à realidade de novos lugares” (DOMINGOS, 2017, p. 191).

As políticas coloniais estão constituídas nos seus diferentes aspectos, dentre elas, a assimilação, a evangelização, a exploração ou a escravização, assim “a colonização foi, por vezes realmente uma cirurgia social” (BALANDEIR, 1993, p.108), em que podemos definir como uma lavagem cerebral, com o objetivo de dominar os povos africanos, desafrikanizá-los, a partir da lógica de desvalorização e inferiorização ou de barbárie, contrapondo seus valores, culturas, hábitos, como aponta Silva Ramos e Sousa (1914),

Os interesses económicos e a influência de correntes iluministas e humanistas conjugaram-se para forjar a ideologia colonial. Na senda dos acontecimentos trazidos pela República, reforçava-se a justificação da colonização como um “produto natural e necessário da evolução dos povos e das suas necessidades crescentes”, como um “facto social por excelência, mas também um facto económico”. (RAMOS; SOUSA, 1914 apud, MENESES, 2010, p.26).

Entende-se que, estes autores trazem uma análise crítica ao que podemos dizer da era do iluminismo, era no qual foi estabelecida a colonização comparada com a ideologia do evolucionismo, vistos, os sentidos conjugados com a política de colonização, definida no conceito como a evolução, de acordo com a Rocha (1988) a “evolução, no seu sentido mais amplo, equivale a desenvolvimento. É a transformação progressiva no sentido da realização completa de algo latente. É o caminho da manifestação plena do que estava oculto” (ROCHA, 1988, p. 12). Por outro lado, Meneses (2010) afirma que a “África transformou-se num espaço de diferença ontológica, onde a tradição se assumiu como o referencial de uma sociedade considerada fora da história. Ultrapassar o atraso experimentado pelo continente, o sair do seu estado de ‘infância’ em direção a novas sociedades”, (MENESES, 2010, p.29). Os africanos, além de terem perdidos seus valores eram colocadas a pensar como seres inferiores, pessoas no qual só servem para servir os civilizados no caso colono, a partir de uma construção ocidental que farão deles pessoas cujo os costumes de vida alterariam do estágio menor para superior (ROCHA, 1988).

Segundo o Balandier (1993) os colonos tiveram três forças de dominação, estas difíceis de serem separadas pois estavam associadas historicamente e eram vividas estreitamente solidários aos que sofrem. Para Ié (2017) são políticas que conjugavam os mesmos objetivos não poderiam se dissociar. Portanto o autor salienta que,

Objetivos dos missionários eram iguais do governo colonial, na qual, visa conscientizar os nativos em assimilar a cultura e valores padronizados pela Europa, e assim para que pudessem dominar, explorar de forma violenta na qual, a tentativa era afastar os nativos africanos das suas raízes impondo suas crenças (catolicismo), através do seu modelo educacional (IÉ. 2017, p. 6).

Ações esses que o Balandier (1993) sinalize como, econômica, administrativa e missionária, as três forças são fatores pilares na transformação do continente africano, a econômica pela exploração de riquezas e administração encara mais a exploração física e desorganização das estruturas sociais africanas e de uma reorganização em modelo social europeu da modernização, a missionária resultou mais com o extermínio cultural, extermínio epistemológica e social dos africanos e com as suas religiosidades. Além disso, “os missionários eram responsáveis pela difusão da cultura ocidental Europeia, religião, ou seja, de repassar a civilização Europeia em África para os ditos povos “não civilizados” de acordo com os seus espelhos, e assim como as suas cosmovisões sobre o mundo não Europeu” (IÉ. 2017, p.8). Enquanto que para Meneses (2010) essa missão consiste em,

Libertar os indígenas da barbárie, transformá-los em seres mais evoluídos ao ensinar-lhes os tempos da modernidade, preenchendo-lhes /*o seu mundo ‘vazio’ com os saberes da civilização transformou-se no grande objectivo da missão colonial. A moderna colonização justificava-se, nas palavras dos teóricos da ideologia colonial, não apenas pela necessidade de exploração de novos territórios, mas, e principalmente, para que ocorresse “uma acção civilizadora sobre as pessoas” (MENESES. 2010, p. 14).

Continua Meneses (2010) ao pontuar que, no processo do estabelecimento das supostas estratégias que afirmava a missão civilizadora, estava no consensual jogo de desfeitear ou assim desaparecer o cultural africano, um fato supostamente tachado de etnocentrismo. Nesta perspectiva, compreende Rocha (1988, p.7) que o “etnocentrismo passa exatamente por um julgamento do valor da cultura do “outro” nos termos da cultura do grupo do “eu”.

O que estava em jogo – na suposta contemporização dos usos e costumes que a estratégia legal promulgava – era, além da adequação de um meio a um fim, ou além do trabalho como instrumento civilizador, o próprio processo de construção de uma representação. Isto é, o processo simbólico pelo qual o respeito e a tolerância significariam, ao mesmo tempo, a ‘produção’ desses usos e costumes e a utilização de categorias para pensar a alteridade sob formas classificatórias que hierarquizassem e ordenassem seu próprio mundo: o ‘Outro’ como não civilizado, como carente de uma disciplina para o trabalho, subsumido sob a categoria homogeneizante e estigmatizante de indígena (a que se acrescentariam outros termos dados como sinónimos: rebeldes, cafres, perigosos, ociosos, criminosos, insensatos, indolentes, terroristas, educáveis, etc.) (MENESES. 2010, p. 31).

A política que determinava as relações social era o processo da assimilação, pois, é o que o assemelhava ou permitia uma partilha nessa relação do colono e colonizado, a partir do pensamento colonial, onde o colonizado se associa com colono tendo condições que essas determinam, falando português com as pronúncias ou fonéticas portuguesas e se comportava como uma delas, ser cristã e com básica da escolaridade para saber escrever no mínimo seu nome ocidentalizado, neste intuito a Meneses (2010) afirma,

Civilizar tornou-se, a partir de meados do século XIX, a peça central da doutrina colonial europeia em relação aos territórios ultramarinos. Na senda de outros impérios, Portugal adoptou, como parte integrante da sua estratégia governativa, a missão política de civilizar os povos indígenas (MENESES 2010.1)

A política de assimilação⁴ foi uma tentativa da França e Portugal de destruir a tradição cultural de suas colônias africanas e, através da sua europeização, formar grupos de pessoas para colaborarem com eles.

O conceito de ‘civilização’ combinava vários pressupostos que justificavam a superioridade da cultura portuguesa e a possibilidade de as culturas ‘outras’ poderem melhorar as suas qualidades fruto deste encontro; implicava que os súbditos coloniais de Portugal eram inferiores, incapazes de se auto-governar. [...] desprovidas da capacidade de pensar, desprovidas de saberes; (MENESES. 2010.p.1).

Para Ocuni Cá, a política de assimilação tem base em pretensão do Portugal não se achar racista com os colonizados e,

Ser “assimilado” quer dizer ser considerado como pertencente à população “civilizada”, restringindo-se originalmente esse critério aos brancos. Como a distinção entre “civilizado” e “não civilizado” era feita em termos raciais, era difícil não considerar esta atitude racista. Tentou-se mascarar o racismo dando-lhe um aspecto cultural (CÁ, 2000, p. 6).

A tal política justificava o preconceito social assim como do racismo dos portugueses com os guineenses, Para Cá,

Com a dominação colonialista na Guiné, a cultura europeia cristã ocidental tentava penetrar na população por meio dos missionários, conforme os princípios de assimilação. A condição necessária para ter um cartão de identidade era saber ler em português e comportar-se como um civilizado. O crioulo, língua veicular do povo guineense, era proibida nas escolas e desprezada pelos portugueses. As tradições eram consideradas como manifestações selvagens (CÁ, 2000, p.7).

Dando sentido ao processo de assimilação pela frente, foi criada a lei dos indígenas. Estabelecida em 27 de março de 1946 “o “Regime do indigenato”, um documento que visava introduzir aos conquistados a cultura europeia baseada em critérios de valores de escolhas próprias dos conquistadores” (CAMMILERI, 2010, p.23). A lei regularizava em termos de direitos civis da identificação e nacionalização, deste modo, a “documentação civil dos cidadãos

⁴ A ideia formulada em 1895 por Arthur Girault correspondia à crença de que a nação francesa sempre fora capaz de aculturar outros povos e de que ela teria até mesmo obrigação moral de assim agir. Leis promulgadas em 1921 em Portugal (Estatuto do indígena) e em 1924 na França (*indigénat*) dividiram os povos da África entre indígenas (*Indigènes*) e assimilados (*Assimilés*). Os assimilados podiam, por exemplo, adquirir propriedade e não eram obrigados pelas autoridades a trabalhar em obras públicas. Porém, tinham que prestar o serviço militar e trabalhar para o serviço público, apresentar formação escolar em francês e português, comprovar a posse de bens e manter uma vida cristã. Diferente das colônias francesas, a quantidade de assimilados nas colônias portuguesas permaneceu mínima: Angola tinha a maior taxa, com 0,77%. (Wikipédia, colocar o ano de acesso e o link..)

diferia da caderneta indígena, eram atribuídas estas cartas documentais de reconhecimento” (MENESES, 2010, p.55).

Para obter a identificação de cartão dos endigenatos, os indivíduos de raça negra deveriam seguir um conjunto de condições, “falar e ler português, possuir bens e móveis, ou ter uma profissão, [...] de sustento a própria família e estando casado, e ter bom comportamento, não seguir usos e costumes comuns da raça ou etnia de pertença, e por último ter cumprido o serviço militar que nos termos da lei do recrutamento são impostas” (CAMMILERI, 2010, p. 24).

A política da lei do indígena, isto é, nada mais nada menos que um controle,

O controlo não apenas do espaço, mas do próprio corpo humano, dos comportamentos e das acções estava no centro da acção civilizadora. Tornar alguém civilizado significava libertá-lo de todas as formas de tirania: a tirania dos elementos da natureza sobre o ser humano, das doenças sobre a saúde, dos instintos sobre a razão, das superstições sobre a religião, da ignorância sobre o conhecimento científico e do despotismo sobre a liberdade (CONKLIN, 1997, *apud*, MENESES, 2010, p.15).

A lei só veio a ser abolida em 1961, após as pressão internacional. Na ocasião, Adriano Moreira, então Ministro de Ultramar acatou a solicitação das Organizações das Nações Unidas (ONU). “O intuito, portanto, era conceder independência aos países colonizados” (SIA, 2017, *apud*, SIA & CAFÉ, 2021, p.1479).

Para Cá (2000), os outros africanos “não civilizados” não tinham este privilégio de direitos civis de se afirmarem como cidadãos, mais uma estratégia colonial para oprimir quaisquer revoluções armadas de caráter civil. Visto para eles o colonizado é aquele que segundo Frantz Fanon, “quem deseja ser igual os colonos, um desejo de posse que todos os colonizados têm, de poder um dia sentar na mesa do colono [...] deitar-se no leito do colono, com a mulher deste se for possível” (FANON, 1961, p. 29). Para o autor, o colonizado é um invejoso. Mas como não sentir inveja daquele que é tratado com dignidade? A colonização foi eficiente ao empregar a imagem do colono como certa e bonita, da mesma forma que as suas civilizações e valores, enquanto aos colonizados foram atribuídos a imagem de permissividade, selvajaria diabólica e animalesca.

Sendo estereótipos ruins, os colonizados recriam um olhar de desejo amargo para o colono, de querer ser estes, em intuito de não sentir o tal sintoma psicótico de inferioridade, “é verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono” (FANON, 1961. p.29). O desejo de ter o mínimo condições ditas civilizadas que a permita melhorar e não ferir os seus egos, assim como, com relação aos outros não civilizados. Nessa lógica, afirma Menezes que está,

Será a retórica que justificará a duplicidade política entre a metrópole e os territórios coloniais; os indígenas africanos teriam de evoluir de acordo com as suas próprias condições, podendo os elementos culturais locais compartilhar da política de progresso, desde que não se constituíssem como elementos antiéticos à civilização. [...]. Os africanos transformaram-se em súbditos indígenas, e não cidadãos; tinham deveres, mas poucos ou nenhuns direitos. (MENESES, 2010, p.27).

Tais questões são refletidas para além do subjetivo, no mundo colonial, podemos perceber estas vertentes e divisões, nas estruturas e cidades habitadas, como aponta Fanon,

A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo regurgitam de sobras desconhecidas, jamais vistas, nem mesmo sondadas [...] A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiras (FANON, 1961. p. 28, 29).

Enquanto que a,

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a médina, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados [...] A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorçada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada (FANON, 1961 p. 29).

Podemos encontrar vestígios dessas diferenciações em todas as cidades colonizadas em qualquer parte do mundo. Na Guiné-Bissau essas cidades ficam localizadas em Bolama, região onde os colonos habitavam. Até hoje são encontrados vestígios de diferenciação. No período da colonização, Bolama era considerada capital da Bissau-Portuguesa quando ainda era colônia ultramarina. Após a proclamação de Guiné, tornou-se província portuguesa de Portugal, onde foi construído o primeiro palácio do governo, o quartel militar e o primeiro banco para operações financeiras. Na região de Cacheu se encontrava a rota da exportação do tráfico dos escravizados e foi construída a primeira igreja católica dedicada a “Nossa Senhora do Vencimento” (CAMMILERI, 2010).

Em atual Bissau capital do país, essas diferenciações estão no centro da cidade bairro praça, atualmente é predominada pelas instituições do Estado e empresas privadas, não tanto quanto as outras cidades particularmente Bolama, pois Bissau é capital pós-colonial ou escolhida após a independência.

Os vestígios coloniais não são apenas físicos, uma das preocupações mais necessárias no atual contexto social e que é oculto aos muitos, são da alienação, daquilo que está nas nossas mentes, a forma como pensamos e atribuímos valor às coisas, a exemplo dos

nomes e sobrenomes. Reforçando aquilo que reproduz a colonização, constituídos resultados e traumas coloniais, e aspetos estigmáticas (DOMINGOS, 2017). “[...] na atualidade, esse pensamento dominante está ancorado nas mentes de alguns Bissau-guineenses que têm desprezado os valores tradicionais de sua cultura local para valorizar e adorar o modo e o estilo de vida dos europeus” (SAI & CAFÉ. 2021, p. 1487). Fato isso, que se constitui no resgate de valores identitários na etnia *Balanta*.

6.2 ETNIA BALANTA SIGNIFICADOS E VALORES IDENTITÁRIOS

Balanta, significa “os que refutam”, ou assim dizer os rebeldes na língua *mandinga* (*bmindes*), uma das etnias predominantes no país, por volta do século XV (INTIPE, 2017). Embora nomeados, os *Balantas* atribuíram a si mesmo o nome *Brassa* ou *Brassé* dependendo da variação linguística,

O nome com que é definido a um povo é muito importante, porque exprime uma forma de comportamento e de relação na aproximação com outros povos diferentes e que normalmente se conclui com juízos de valores. Nomear quer dizer, julgar, classificar e definir. Um nome que um povo dá a si mesmo por vezes pode ser diferente daquele que outro povo lhe dá (CAMMILERI, 2010, apud SUMA 2018, p.13).

Segundo o autor (Cammileri), nas etnias os nomes representam quem são eles enquanto (povo) ou suas características a partir do olhar externa e do próprio povo, enfatizando que, em muitas etnias seus nomes representa um significado definido, seja por ela ou por outro que o atribui a partir das suas interpretações ou relações. A nomeação aconteceu de igual modo entre, *Mandiga* e os *Balantas*, para com os *Balantas* e os *Biafadas*. (INTIPÉ, 2017). Segundo Landerset (1935) o nome *Balanta* foi atribuído de uma relação não amistosa, diferente dos *Balantas* com os *Biafadas*, que significa irmãos na língua *Brassa*.

O autor explica que,

Devido sua relutância em se submeter ao domínio das mandingas parece ter derivado o nome hoje dado à tribo pela deturpação do vocábulo mandinga “abalata” os que se negam ou os que recusam. “A si mesmo dão o nome de ‘Brassa’”. Descende possivelmente de povo etíope de oeste predomínio de caracteres e língua de grupos de raças primitivas do extremo ocidental africano semi-bantu (LANDERSET, 1935, apud SUMA p.13).

A etnia *Balanta* se divide em dois grandes ramos, *Kunteó* e *Nhakra*, existem outros ramos minorias chamados *Balanta Pacht* e *Nagha*. Pode ser que a origem de *Balanta patch* tenha relação com uma tabanca (aldeia) cujo nome é *patch*, porém não residem só nesta aldeia

como os Naghas” (INTIPÉ, 2017), o que também não limite em só estes quatro ramos da etnia *Balanta*, existe outras dentro dela que são difíceis de se decifrar mais que para uns pertencem estes grandes ramos, que são *Balanta mané e mansonca*. Por outro lado, refere-se, que “Os *Kuntowe* por sua vez se subdividem em duas sub-etnias: os *Nagas* e os *Mansoncas*” (SUMA, 2018, p.13).

Os *Balantas* são conhecidos por ser uma etnia em que suas características compõem as suas práticas culturais. Os *Brassés* vivem de agricultura e segundo Suma (2018, p. 14), “a base da subsistência do povo *Brassa* é a agricultura, criação de gado e pesca, são grandes produtores de arroz por excelência, é notório a não utilização dos gados para fins comerciais”. Assim dizer, Cá (2000), entende-se que antes da colonização não existia a “desagregação do comunismo primitivo” que ainda hoje existe por causa colonial, mas que também ainda “talvez” não tenha, ou pode ser que sim tem pouco este antigo costume onde a família,

Balanta lavrava o seu campo de cultivo, mas não o podia vender, o campo pertencia como todos os outros campos à aldeia ou ao conjunto de aldeias ou então ao próprio clã dentro da tribo. A produção também era basicamente coletiva, pois todos os processos de cultivo, desde a preparação dos terrenos até à colheita, eram sempre combinados pelo conjunto dos chefes de família (CÁ, 2000, p. 4).

Os *Brassas (Balantas)*, possuem um sistema político diferente, pois, “o sistema política *Balanta* não é baseado numa autoridade centralizada, representada por um rei ou regulo, mas é representada e executada por um colégio e participado todos chefes de família residente na aldeia [...] um pequeno governo democrático” (CAMMILERI, 2010, p. 36). Neste pequeno governo se discute tudo que constitui como problemática da aldeia, seja em diferentes questões, de território, fome, educação, de cerimônias culturais, de guerra, de alianças, entre outros. Mas é importante realçar que,

A família e o concelho de aldeia não são entidades absolutas independentes entre si, uma vez que o concelho de aldeia é constituído por todos chefes da família como ditam a tradição. Se família perpetua a força vital do parentesco, a cultura tradicional a organização social política, definindo o papel de cada pessoa, ditando as normais necessárias para garantir a solidariedade e harmonia entre todos (CAMMILERI, 2010, p. 36).

Os conselhos detêm uma organização social, o que demonstra a estruturação dos *Balantas*, o que difere da organização política colonial, pois os homens, chefes das famílias fazem parte do conselho, mas não somente os homens desenvolvem ações na organização social. As mulheres anciãs, chamadas de *feire apte*, *intervêm* no campo social, assistindo os

parturientes e doentes, além de serem responsáveis por outras práticas culturais. (CAMMILERI, 2010),

Além disso, na etnia *Balanta* existem várias práticas tradicionais de caráter identitário, que diferencia nela com os outros grupos étnicos, as mais relevantes na etnia se destacam: Fó, (fanado), ou circuncisão, Kwassé, casamento, singha critch, ritual fúnebre ou celebração do enterro. As práticas de rituais que, caso não sejam realizadas, podem afetar negativamente a vida das pessoas ou da comunidade, (SUMA, 2018). No momento não venha acaso o desenvolvimento dessas partes definindo-as em seus significados, tendo em conta a especificidade do nosso objetivo, esperamos talvez sim desenvolvê-la na monografia, como outras práticas constituinte da identidade *Brassa*, atribuições dos nomes e sobrenomes apresentam significados na língua *Balanta*.

6.3 SIGNIFICADOS DOS NOMES E SOBRENOMES EM BALANTA

Os nomes ou antropônimos junto de sobrenomes, é entendida como fatos da identificação de algo, mas de maneira particular de pessoa, são constituídas de semânticas tendo em conta a sua significação, “entende que os nomes próprios constituem uma classe bastante heterogênea e, a rigor, dizem respeito a antropônimos (nomes de pessoas)” (AMARAL, 2011, apud RESENDE, 2020, p. 232).

Assim sendo, “Um nome próprio, como entendo, denota a classe de todos aqueles indivíduos para os quais o nome tem sido dado; em outras palavras, um nome próprio aponta para uma propriedade geral” (MENDONÇA, 2015, p.405), este designada uma propriedade “sortal”, que busca qualificar uma expressão do sistema linguístico, com isso, nomes próprios atendem uma realidade sociolinguística,

Nomes próprios constituem uma importante categoria gramatical. Suas fonologias pertencem às línguas particulares — “Juan” é um bem conhecido nome espanhol, “Hannah” é um bem conhecida expressão de um nome próprio em alemão — e é preciso admitir ainda que, embora nomes não constituam itens lexicais do dicionário de qualquer língua, isso não justifica a tese de que nomes próprios são itens extralinguísticos (MENDONÇA, 2015, p.408)

Por seguinte, é nesse entendimento que na língua étnico *Balanta* são atribuídas o nome, para apropriar o indivíduo a sua identificação e este papel é desempenhado pela família. Para os *Brassas*,

A família é uma das bases em qualquer sociedade. [...] não há sociedade sem indivíduo e não há indivíduo sem família. Em qualquer região do país, os balantas formam um laço familiar forte. Nas zonas rurais do país sempre há muitas tabankas e moranças onde vemos fortes laços familiares entre si e a vizinhança (INTIPE, 2017, sp).

A família tem importância para os *Balantas*, sendo uma conjuntura patriarcal o homem desempenha um papel muito relevante são consideradas chefes da família e elevador da linhagem segundo, por exemplo dessa estrutura, “A família *qwam*, é constituída por um chefe, (*faa ni kwam*), esposas, (*binin ni kwam*), filhos homens ainda não circuncidados (*bwi dokn*) e filhas (*bwi fula*). ” Os bens da família, (*qwam*), são as *bolanhas* (*thambe*) os arrozais, as cabeças de gado (*ñare*). (CAMMILERE, 2010, p.34). O autor ressalta que toda esta estrutura funciona de maneira cooperativa e doméstica, assim como comunidade.

A composição familiar *Brassa* é alargada por tradição, além do pai e a mãe biológico, há duas figuras importantes na família que em um certo momento toma conta dos filhos nas práticas tradicionais, que são entendidas de pai e mãe pequenas no caso este tio e tia da parte materna, o pai pequeno (tio) materno dito *alante faama*, dos filhos homens e a mestra a mãe pequena (tia) e conselheira dita *nragma* para as filhas. Estas são figuras que intervêm no domínio da educação e formação dos sobrinhos, são confiados a essa missão em ensinar a se comportar bem como, respeitar os outros, principalmente os mais velhos (CAMMILERE, 2010).

Para isso, resalto a relevância da não denominação do tio e tia para os africanos, essas figuras de lado paterno assim como materno são além daquilo que podemos entender e ver nas sociedades ocidentais. No contexto africano estes recebem atribuição de pais pequenos e mães pequenas, porque elas carregam um papel tão relevante na vida daqueles indivíduos e por isso, tem o mesmo valor que os pais. Assim como também, é entendida esse mesmo atribuição com os irmãos e irmãs mais velhos dos nossos pais, sendo chamada ou denominada de pai grande ou mãe grande.

Portanto, para os meninos os pais pequenos (tios) da parte materna que são responsabilizados no processo de passagem ritual de fases para outra do crescimento deste, assim como na própria educação. Para as meninas, as mães pequenas (tia), ela é reconhecida como a mestra, quem cuida e educa no processo preparatório de ser mulher, até no casamento, e é quem contribui na escolha do marido para esta que é também filha dela, muitas das vezes tradicionalmente era o marido desta (CAMMILERE, 2010).

Outro importante ponto é o costume de atribuir o nome para as crianças (*tua ftue*), pois significa integrar a criança na família do pai através deste grande parentesco dos antepassados, (CAMMILERE, 2010).

Neste sentido, Suma afirma que,

É consenso que nessa sociedade, os nomes não são atribuídos de forma aleatória, no entanto em conformidade com as circunstâncias e isso tem grande significado na cultura dessa sociedade. Tendo em conta que, essas formas de nomeação constituem a maneira de preservar a memória da comunidade e sua história, servindo de marcadores temporais (SUMA, 2018, p.19).

Dada a importância desse costume passou-se a ser uma prática que carrega traços identitários dos indivíduos *Balantas*, com a sua significância e da cosmovisão que se têm dos antepassados, no olhar semelhante da criança com o antepassado. Os nomes que são atribuídos demonstram a vivacidade do antepassado na criança, por outro lado, na concepção daqueles que não compreendem, pode parecer uma encarnação.

Segundo Cammilere (2010), o nome é dado entre primeira semana de vida e o primeiro mês, se deixa muito liberados todos da família que queira e podem sugerir e atribuir o nome, os pais ficam particularmente observando atentos os discursos que fazem a volta da criança, e depois de tudo decidem por qual nome desejam nomear a criança. “O critério de atribuição do nome no povo *Brassa* está em estreita relação com o contexto que rodeia a criança nos primeiros dias de vida” (CAMMILERE, 2010, p.44).

Suma afirma que, “constatamos então três aspectos principais que justificam atribuição e significado dos nomes às pessoas neste grupo étnico: Tempo, Espaço e Circunstância, ou seja, os nomes serão atribuídos de acordo com os acontecimentos e seus respectivos significados” (SUMA. 2018, p. 19).

Com o tempo, consideraram os acontecimentos, que no mesmo sinalizam a circunstância ou situação que marcou essa época, para assim atribuir nome com dada significância e o espaço representa a casa, seja da própria família (morança) ou da outra família. Por exemplo, se for na época que teve a guerra (situação ocorrido), num tempo a família refletirá o momento passado nessa época (dentro da morança espaço), e se for em tempos festivos, ou quando a *morança* estivesse bem, também o nome refletirá a esse momento, assim por diante (SUMA ,2018). Mas é importante ressaltar que os nomes sempre têm significados.

Bsani, Sumba, Binam indicam o elevado grau estima de reputação família na altura do nascimento do filho;

Biifa, Bwota, pelo contrário, manifestam um sentimento de inveja, de mal-estar e de repúdio sofrido pela família na mesma ocasião;
 Bdamoni, exalta as virtudes futuras da criança que deveria tornar-se de tal maneira forte de ser invejado pelos colegas;
 Bolni, a recusada; Fogna, aquele que te engana; Sana, quem te fala; Ndurturna, quem te faz vergonha. Faie, força;
 Ndam Kea dea, Dan não gera; Wagna, aquele que chega primeiro, Nsea, não sou capaz; Klode lo, até a morte a recusa; Digna, aquele que te apalpa, Thoe, Sorri. Nsumande, alegria (CAMMILERE, 2010. p.45).

Os nomes apresentados acima têm significados na linguagem dos *Balantas Nhakras*, diferentes em variações linguísticas em pronúncias com outros grupos, os de *kuntoé* e *patch*, mas que por vezes indicam os mesmos significados ou sentido,

Pansau, simboliza o desentendimento na morança, falta de figura para liderar a comunidade, ausência dos jovens por fatores migratórios, falta de presença dos espíritos dos antepassados para proteger a mesma. Pode também simbolizar o quase desaparecimento de uma geração marcada por grande taxa de mortalidade (SUMA, 2018, p.19).

Daiana, (manifesta uma situação de superação da família, superação de um julgamento social que enfim, determina uma força motivada dita em crioulo, *sufri*); Windjabam, (significa o que vos fez); Wilma, (dela); Wilboñ, (dela bonita); Nghalá Abene, (Deus obrigado se verifica muitas das vezes quando numa família não conseguiram ter filho, e quando têm colocam este nome para agradecer a Deus, o *Abene* (significa obrigado) outras vezes por não terem filho homem); Sanbontche, (conversa bonito); Isnaba, (deixa-os); N´Simblé, (senti ou aprovei); Sindatche, (caminho-longe ou ainda para percorrer uma distância); Kissif, (trabalhador); Winsam, (o que falei); Watna, (vamos); Blobica, (negaram de me ver, ignorarem).

Na etnia, o sobrenome vem do lugar de pertencimento do indivíduo, dos ancestrais, da *morança*, definido acima por Intipé (2017), “morança é um conjunto de casas familiares que é rodeada por um círculo ou em forma triangular, cujos moradores são da mesma família paterna ou descendentes de um avô”. Existe uma compreensão de significado dos sobrenomes *Brassas* igual ao entendimento dos sobrenomes de outras realidades, inclusive ocidental, pois indica o pertencimento da pessoa ou da família.

Como já explicado anteriormente, os *Balantas* possuem sua estrutura patriarcal, em que tanto os familiares como a *morança* recebem o nome do avô, bisavô e/ou do ancestral paterno. Este nome apresenta-se como sobrenome para toda a família, sempre acompanhada de uma preposição “Na”, indicando como “De lá”. O Na tem a função de ligar o nome da pessoa para o sobrenome, demonstrando que essa pessoa pertence à família tal ou do ancestral tal que

mora na certa *tabanca* ou *morança*. Exemplo: uma pessoa que se chama *Nhikibam Na Djimbá*, seu primeiro nome, “*Nhikibam*”, que significa “*ami ku bos*” em crioulo (com vocês, sinalizando um problema que não vai ter desistência), enquanto o seu sobrenome é “*Na Djimbá*”, demonstra que esta pertence a *morança* Djimbá, que pode ser nome do avô ou bis-avô e/ou dos ancestrais (INTIPÉ, 2017).

Além disso, existe uma variação no uso da preposição “Na”, pois seu uso não é comum para todos *Balantas*, por exemplo, para os *Balantas Kuntoés* e os *Nhacras* da zona de norte, na região de Oio, nem todos serão identificados através de preposição “Na” acompanhadas ao sobrenome, o seu uso ou desuso, não afeta, nem diminui os indivíduos cujo estas diferenciações são encontradas, o que este fato indica é, que nem todos os *Balantas* possuem no sobrenome ligada a preposição Na ou assim N’ como é usada na maioria das vezes (INTIPÉ, 2017).

A partir dessa construção, podemos compreender a historicidade das sociedades africanas/ guineense, e em particular, dos *Balantas*, pois seus nomes e sobrenomes, sofreram com o processo colonial e sua aculturação, tornando seus significados menosprezados por aqueles que são assimilados, pondo em risco o desaparecimento dos nomes, por serem considerados algo não civilizados, por revelarem as especificidades étnicas.

6.4 ACULTURAÇÃO DENTRO DA ETNIA BLANTA OU BRASSÁ DA GUINÉ-BISSAU

“Carregamos histórias”, termo utilizado pelo sociólogo Miguel de Barros⁵ nas suas redes sociais, perpassa muitos significados entrelaçados, isto pois, na interpretação, cada um pode dar sentido. No que confere a este projeto, podemos atribuir o sentido da identidade, da cultura do povo guineense e de modo particular, na etnia *Balanta*.

A cultura, é um dos conceitos abordados na antropologia, este teve muitas contradições e discordâncias a partir dos séculos XVIII e XIX, na construção de uma ideia contemplada a cultura abordado por autor Edward Tylor (1832-1917), teve muitas abordagens para chegar em termos de conceito, ou seja, intendida a cultura na abordagem Tylor (LARAIA, 2001), ele ao longo do seu estudo sobre a cultura, em 1871 chegou a uma ideia e definiu a

⁵ Instagram do sociólogo Miguel de Barros, cujo a frase que as usa sempre nos *storiys* da sua rede social “**Carregamos Histórias**” sinalizadas com as imagens do povo guineense, a frase emana uma energia dimensional de orgulho a seu povo histórias essas que estão na força do povo guineense nas suas diversidades de cultura e identidade. <https://instagram.com/miguel.debarros?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

“cultura como sendo todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que depende de uma transmissão genética, como diríamos hoje” (LARAIA, 2001, p.16). Mas antes, o termo cultura era conhecida na língua germânica segundo a Laraia *apud* Tylor,

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico Kultur era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa Civilization referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês Culture, que "tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" (LARAIA, 2001, p.14).

Século depois um outro estudioso da antropologia, Alfred Kroeber (1950) tentou clarificar e diminuir esse conceito, primeiramente, a partir dos seus estudos, ele conclui que “o homem é único ser possuidor de cultura, e graças a ela a humanidade se distanciou da animalidade e passou a ser considerada um ser que está acima de seus limites orgânicos” (KROEBER, 1950, *apud* SUMA, 2018, p. 8). Por outro lado, também, para o Clyde Kluckhohn (1971), “A cultura é a vida total de um povo, a herança social que o indivíduo adquire de seu grupo. Ou pode ser considerada parte do ambiente que o próprio homem criou” (MORGADO, 2014).

A partir dessas definições de Tylor, Kluckhohn, assim como, a clarificada por Kroeber, podemos compreender a cultura como algo significante, mas que também aponta por aspectos heterogêneos, pois a unicidade de cada homem deriva da sua sociedade como sua herança, ou seja, “reafirma a igualdade da natureza humana, que pode ser estudada com grande precisão na comparação das raças do mesmo grau de civilização [...] A diversidade é explicada por ele como o resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução” (LARAIA, 2001, p.18).

Nesta senda, entendemos a cultura como algo no qual permeia para cada sociedade ou região, no caso espaço geográfico. Com isso cada povo tem a sua própria cultura que segundo o mesmo autor Tylor é referida em francês de civilization ou então civilização, uma das denominações colocadas para aculturar os africanos a ter-se cultura europeia (LARAIA, 2001).

O fato da implantação dessa cultura na época de colonização, carregou uma ferida cicatrizada naquilo que podemos ter como histórias carregadas por povos africanos, estes que podem ser vistas nos nomes e sobrenomes com significação na língua étnica *Balanta*. Nesta perspectiva, urge a ideia de pensar a aculturação vivenciadas por sociedades colonizadas. Com

interesse de repúdio às formas como essas sociedades consideram e elevam a cultura ocidental, tal como aborda Fanon no seu livro “Pele negra máscaras Branca” (2008), um livro que resume de modo geral nossa problemática. Em todos os capítulos, é visível ver a preocupação que o autor apresenta e a problemática e a ideologia colonial no relacionamento do homem negro com o branco.

O título, apresenta a próprio problemática “pele negra mascara branca” refere não específico o comportamento do negro ou africano, mas atrela a amplitude naquilo que os países colonizados saíram depois da situação colonial, essa que sim aculturou na essencialidade de um negro africano. Quando o Fanon, iniciou-se introduzindo que ele “pensa que certas coisas precisam ser ditas, que vai dizê-las não gritá-las” (FANON. 2008, p.25).

A demonstração da necessidade de encontrarmos com a realidade, a pesar de sim existir ressentimentos com relação ao nosso próprio passado pelo que cicatrizou e está em demonstração essas cicatrizes sempre todo o tempo, é necessário talvez pensarmos a respeito desse posicionamento, pelo que aparece existe, “uma ausência de discernimento” (FANON, 2008, p.49), na afirmação daquilo que somos enquanto pós-colonial e africanos.

Porém, “o negro é um homem negro; isto quer dizer que, devido a uma série de aberrações afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo, o problema é muito importante. Pretendemos, nada mais nada menos, libertar o homem de cor de si próprio” (FANON, 2008, p.26). Nesta abordagem, de que o homem de cor/africano precisa se libertar de si, o autor venha a abordá-la nos seus três primeiros capítulos, nela aborda característica comportamentais, logo no primeiro capítulo “o negro e a linguagem”, especificamente são visíveis no objetivo nosso do trabalho, semelhante comportamento dentro da sociedade guineense, principalmente as *Balantas*.

Continuando autor, evidencia tais atitudes no fator da língua, sendo sim elemento do processo da aculturação, os africanos colonizados apresentam certos atitudes que nega a sua origem, este no caso que ele apresenta dos antilhanos, que estes quando foram para cidade ao voltaram a suas cidades natal acabam apresentando um parecer da superioridade porque falam língua estrangeiras (FANON, 2008), o que conseqüentemente “ignoramos entretanto que os mesmos comportamentos podem ser encontrados em meio a toda raça (sociedade) que foi colonizado” (FANON, 2008, p. 40) no caso da sociedade guineense e nos *Balantas* não são estranhas essas posturas, acontece que são questões presente e aculturada.

Se tiver um *Balanta* que apresenta no seu nome como referi anteriormente na língua étnica com significado, e na condição de quem foi viver a realidade ocidental pode ser mesmo vivendo em Bissau capital, essa pessoa muda de nome para outra, aquele que lhe é

“dito” ou entendido de “civilizado” ou do “branco”, só para apresentar-se como pessoa menos étnico nas práticas culturais pois, “quando mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será” (FANON, 2008, p.34).

Neste modo, intendemos de forma direta a realidade dos pós colonizados os fatores da consequência a aculturação europeia, mas do mesmo modo se vê como choque da modernidade com as tradições africanas, tradições, isto é, considerando como serão atribuídas tais práticas, pois nas mais das concepções é ligada a tradição como algo estático não dos estágios evolutivos. Aquilo que o sociólogo moçambicano problematizou no artigo, cujo o tema a constituição duma sociologia das sociedades africanas, a modernidade e as sociedades africanas constituem relação de ambiguidade (MACAMO, 2002).

Para ele, nas produções dos conhecimentos africanos, a modernidade não liberta nem emancipa no jogo social, na perspectiva de que a tendência de colocar o indivíduo no meio social em tensão, portanto neste sentido vale a sociologia seja reflexiva. É importante reconhecer dentro da realidade africana conhecimentos que das épocas atrás eram menosprezados em termos científico, para autor vem da construção da antropologia colonial, e hoje em consequência estes tais conhecimentos que constituem valores dentro destas realidades, como a atribuição dos nomes e significados para estes povos, estes e apresentam fatores paradigmáticos de saberes referenciadas, entretanto faz a necessidade seja estudada (MACAMO, 2002).

Portanto, “falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura” (FANON, 2008, p.50). O uso de nomes e sobrenomes na língua etnia *Balanta* representa neste povo sua cultura, sua história, isto é, e sua forma de ver o mundo, junto de todas as conjunções das práticas tradicionais e de suas particularidades como fatores indeníveis da construção do contexto sociocultural deste país, permitindo a apreciação dos aspectos particulares das diversas diferenciações linguísticas e étnicas que constitui o todo mosaico fortíssima representada na Guiné-Bissau.

Sente nisso, resgatar os valores sociais concebidos antes da colonização, que apresenta ainda e resistente e são usadas nestas sociedades mesmo por poucos, demonstra um cunho de ação à descolonização e afirmação das identidades, mesmo tendo o fator “assimilatório”, ainda, espera uma luta de que um dia será levada em conta valores que existem que são conhecidas, e que resta com os mais velhos, esses interpretados de “bibliotecas africanas”, o espírito dos povos africanos terá validade ou a importância, a menos que se apóie nessa herança de conhecimento de toda espécie, principalmente transmitida de boca para ouvido

dos mais velhos aos longos dos anos [...] e essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África (BÁ, 2010) assim esperamos acionar enquanto pós-colonial .

7 METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa, tem por objetivo “Analisar o processo da assimilação e as consequências nas atribuições e significados dos nomes e sobrenomes da etnia *Balanta*”, para isso será necessário realizar um estudo de caráter qualitativo, em conjunto com as pesquisas bibliográfica e pesquisa de campo, sendo este um percurso analítico interpretativo.

Para Creswell (2010, p. 26) “a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender os significados que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social e humano”. Por outro lado, ela busca explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, como também, a partir da não quantificação, preocupando-se com os aspectos das realidades que não podem ser quantificadas, por isso concentra-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sócias (GERHART & SELVIERA, 2009).

Ancorado a uma pesquisa bibliográfica, pois será necessário realizar uma investigação dos trabalhos já desenvolvidos sobre esta temática. Por assim dizer, entende-se, a pesquisa bibliometria (bibliográfica) “como conjunto de métodos de pesquisa utilizados para mapear a estrutura do conhecimento em um campo científico [...] bibliográfico” (VANTI, 2002, *apud* TREINTA, *et al*, 2014, p. 508).

Sendo assim, o estudo bibliométrico busca identificar o que foi produzido de conhecimento pela comunidade científica sobre esse tema e, ao mesmo tempo, avaliar as principais tendências da pesquisa sobre ele. Parte do princípio de que, ao iniciar-se uma nova pesquisa acadêmica, tudo o que está sendo discutido, publicado e gerado de conhecimento nessa linha de pesquisa deve ser mapeado para a construção do conhecimento a ela relacionado (TREINTA, *et al* 2014, p. 509).

Em consonância a isso, será realizado um estudo de campo, onde será realizado a coleta de dados sobre o objeto da investigação, observando junto às pessoas (FONCECA, 2002 *apud* GERHART & SELVIERA, 2009). Nesta perspectiva,

O estudo de campo é considerado uma coleta de dados para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade. Ela ajuda o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento [...] o pesquisador a ter um contato mais direto com a realidade (BONI & QUARESMA, 2005, p. 71).

Para isso, a coleta de dados será realizada no formato da entrevista. Para Gerhardt & Selveira (2009, p. 74) “a entrevista é uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação”.

Além disso, serão realizadas a técnica da entrevista semiestruturada, se dá na “combinação de perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto [...] permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos [...] a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas” (BONI & QUARESMA, 2005, p.75). O uso das duas técnicas da entrevista atende numa perspectiva de obtenção da informação geral sobre tema e de considerar incluída também permite o pesquisador participar de modo observacional no campo, coletando tudo pois o processo de coletas de dados é exploratório levar em conta o objetivo da pesquisa no que diz respeito o motivo dessa prática cultural em formato de histórias de vida para as pessoas com estes nomes e sobrenomes e como se sentem seja de gosto ou como sentem em telas.

As entrevistas serão com pessoas pertencentes ao grupo étnico *Balanta/Brassa*, neste caso, os adolescentes, os jovens, os adultos e velhos, feito isso, a entrevista decorrerá na tabanca, *morança* ou aldeia para assim ter mais informações para essa abordagem, principalmente pessoas que apresentam o fato dos nomes e sobrenomes.

8 REFERÊNCIAS

ADESINA, J. Prática da Sociologia africana: Lições de endogeneidade e género na academia. In: CRUZ e SILVA, Teresa, COELHO, João Borges; SOUTO, Amélia Neves. **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas**; (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança). Dakar, CODESRIA, 2012. p. 195- 210.

AUGEL, Moema Pareto. **Desafio do Escombros**: Nação, Identidade e Pós-Colonialismo na Literatura da Guiné-Bissau, publicada na editora Garamod Ltd Rio de Jan. Revista Vera Rollemgber, 2007.

BALANDIER, Georges. A Noção de Situação Colonial. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), 3(3), 107-131.

CAMILLERI, Salvatore. **Identidade cultural do povo Balanta**. Trad. Lino Bacari & Maria Fernanda Damâso, ed. Colibri & ed. FASPBI, Portugal-Lisboa nov. 2010.

BONI, Valdete; QUARESMA Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política: UFSC Brasil**, Vol. 2 n° 1 (3), jan.-jul. /2005, p. 68-80

BRUNSCHWING, Henri. **A partilha da África Negra**. Trad. Joel J. da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2004.

Cá, LOURENÇO Oconi. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973). **ETD - Educação Temática Digital**, n^a, v.1, 2000, p. 51-69. <<https://doi.org/10.20396/etd.v2i1.561>>

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa, qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Magda França Lopes. 3ed. Porto Alegre, Brasil 2010.

DOMINGOS, Luís Tomas. Entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão: afirmação de identidade afro descendência **Identidade!**: São Leopoldo, v. 22 n. 2 p. 190-208, jul. Dez. 2017.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Trad. José Laurênio de Melo. Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra Máscaras Brancas**. CEAO-Centro de Estudos Afro-Orientais, Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), Salvador 2008.

FURTADO, Claudio, Democracia em África: Possibilidades e Limites. **Revista do centro dos Estudos africanos**: São Paulo, 1998.

GERHADT, Taiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1^a edição: 2009.

HAMPATÊ BÂ, Amadou. A Tradição Oral. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. p.992.

IÉ, Aldan Colla. **Influência dos Missionários Católicos na Educação Durante a Colonização Portuguesa na Guiné-Bissa**. Projeto de Pesquisa – TCC) do curso de Bacharelado em Humanidades. São Francisco de Conde, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. 2017.

INTIPE, Bernardo Alexandre. **Guiné-Bissau: Um Pouco da Cultura Balanta**. Por dentro da Africa, publicado em: 13 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/guine-bissau-um-pouco-da-cultura-balanta>> Acesso: 10.jan. 21

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed 14.ed. 2001.

MACAMO, Elísio, A constituição duma Sociologia das Sociedades Africanas. **Estudos Moçambicanos**, 2002.

